

A Integração dos Espaços Livres na Complexidade das Cidades Brasileiras

The Integration of Open Spaces in the Complexity of Brazilian Cities

La integración de los espacios abiertos en la complejidad de las ciudades brasileñas

Brenda Buose

Mestranda, Ciências Ambientais, UFMT, Brasil

brenda-buose@hotmail.com

RESUMO

O artigo explora a relevância dos sistemas de espaços livres nas cidades brasileiras, enfatizando sua contribuição para a configuração da ambiência urbana. Com a expansão geográfica e demográfica das cidades, os desafios associados à urbanização tornam-se mais complexos, destacando a necessidade crucial de compreender as dinâmicas desses espaços para buscar soluções que promovam ambientes urbanos mais habitáveis, sustentáveis e esteticamente enriquecedores. A pesquisa reconhece a diversidade de espaços livres, sejam eles públicos ou privados, como áreas que oferecem alívio para os problemas associados à urbanização. Além disso, ressalta a importância da promoção e preservação adequadas desses espaços, considerando-os essenciais para a melhoria da qualidade de vida urbana. Essa influência não se limita apenas a áreas de lazer, abrangendo também aspectos como saúde, sociabilidade e equilíbrio ambiental. O objetivo central da pesquisa é compreender de maneira integrada os sistemas de espaços livres nas cidades brasileiras, reconhecendo seu impacto na formação da ambiência urbana. O estudo adota o procedimento metodológico da pesquisa bibliográfica, fundamentado na revisão de trabalhos e livros. Os resultados indicam que espaços livres bem planejados exercem influência positiva na permanência dos usuários, resultando no aumento da segurança e na redução dos índices de criminalidade no ambiente urbano.

PALAVRAS-CHAVE: Espaço Livre. Segurança. Qualidade de vida.

SUMMARY

The article explores the relevance of open space systems in Brazilian cities, emphasizing their contribution to shaping the urban environment. As cities expand geographically and demographically, the challenges associated with urbanization become more complex, highlighting the crucial need to understand the dynamics of these spaces in order to seek solutions that promote more livable, sustainable and aesthetically enriching urban environments. The research recognizes the diversity of open spaces, whether public or private, as areas that offer relief from the problems associated with urbanization. Furthermore, it highlights the importance of properly promoting and preserving these spaces, considering them essential for improving the quality of urban life. This influence is not limited to leisure areas, but also includes aspects such as health, sociability and environmental balance. The central aim of the research is to gain an integrated understanding of the open space systems in Brazilian cities, recognizing their impact on shaping the urban environment. The study adopts the methodological procedure of bibliographical research, based on a review of works and books. The results indicate that well-planned open spaces have a positive influence on the permanence of users, resulting in increased safety and a reduction in crime rates in the urban environment.

KEYWORDS: Open space. Safety. Quality of life.

RESUMEN

El artículo explora la relevancia de los sistemas de espacios abiertos en las ciudades brasileñas, haciendo hincapié en su contribución a la configuración del entorno urbano. A medida que las ciudades se expanden geográfica y demográficamente, los desafíos asociados a la urbanización se vuelven más complejos, lo que pone de relieve la necesidad crucial de comprender la dinámica de estos espacios para buscar soluciones que promuevan entornos urbanos más habitables, sostenibles y estéticamente enriquecedores. La investigación reconoce la diversidad de los espacios abiertos, ya sean públicos o privados, como áreas que ofrecen alivio a los problemas asociados a la urbanización. También subraya la importancia de promover y preservar adecuadamente estos espacios, considerándolos esenciales para mejorar la calidad de la vida urbana. Esta influencia no se limita a las áreas de ocio, sino que incluye aspectos como la salud, la sociabilidad y el equilibrio medioambiental. El objetivo central de la investigación es lograr una comprensión integrada de los sistemas de espacios abiertos en las ciudades brasileñas, reconociendo su impacto en la configuración del medio ambiente urbano. El estudio adopta el procedimiento metodológico de investigación bibliográfica, basado en una revisión de obras y libros. Los resultados indican que los espacios abiertos bien planificados influyen positivamente en la permanencia de los usuarios, lo que se traduce en un aumento de la seguridad y una reducción de los índices de delincuencia en el entorno urbano.

PALABRAS CLAVE: Espacio abierto. Seguridad. Calidad de vida.

1 INTRODUÇÃO

As cidades no Brasil, com sua complexidade, manifestam a convergência de diversos elementos que moldam a experiência urbana. No cerne dessa trama, os sistemas de espaços livres surgem como protagonistas essenciais na construção do ambiente urbano. À medida que as cidades expandem seus limites geográficos e demográficos, os desafios inerentes à urbanização intensificam-se. A compreensão das dinâmicas dos espaços livres assume, assim, um papel central na busca por soluções que propiciem ambientes urbanos mais habitáveis, sustentáveis e esteticamente enriquecedores.

Em diversas cidades, independentemente de serem metrópoles ou não, encontra-se uma diversidade de espaços livres, sejam eles públicos ou privados. No interior da cidade esses locais são estruturas independentes do ambiente ao seu redor e são considerados como áreas de alívio para os problemas associados à urbanização. Ainda, os espaços livres, como o nome já representa, são livres podem estar relacionados a ambientes perigosos, devido a sua variedade de usos e a sua propensão histórica para abrigar elementos que não se conformam com as normas de civilidade estabelecidas (LITE, 2011).

Neste sentido, é fundamental considerar não apenas a configuração física dos espaços livres, mas também suas dimensões sociais, culturais e econômicas. A compreensão desses espaços como palcos de interação humana, manifestações culturais e atividades econômicas é crucial para uma análise abrangente da sua influência na ambiência urbana. Além disso, é importante reconhecer que a qualidade e acessibilidade desses espaços desempenham um papel significativo na promoção da coesão social e na melhoria da qualidade de vida dos habitantes urbanos.

Para Santos, (1993, p.61) ao afirmar que "a cada momento histórico as heranças dos períodos passados têm papel ativo na divisão territorial do trabalho atual", estabelece uma poderosa conexão entre a história e a configuração atual da cidade e seus espaços livres. Essa perspectiva destaca a continuidade e a influência persistente de legados históricos na organização do território urbano e na forma como a sociedade se apropria dos espaços livres. Sua observação sugere que a dinâmica e a distribuição dos espaços urbanos não são apenas moldados pelas demandas e inovações do presente, mas também profundamente enraizadas em estruturas e práticas herdadas de períodos anteriores.

Assim, este estudo se propõe a explorar não apenas a presença física dos espaços livres, mas também seus aspectos intangíveis e seu potencial para moldar a experiência urbana nas cidades brasileiras.

2 OBJETIVOS

O objetivo central deste estudo reside na compreensão integrada dos sistemas de espaços livres nas cidades brasileiras, reconhecendo sua influência na construção da ambiência urbana. Ao considerar a complexidade inerente das cidades, o estudo destaca a convergência de elementos que configuram a experiência urbana, ressaltando os sistemas de espaços livres como elementos cruciais desse tecido urbano.

3 METODOLOGIA

Este artigo fundamenta-se em análises acerca das interações entre espaços livres e a ambiência urbana em centros urbanos brasileiros, bem como nos processos de preservação dessas áreas. Para desenvolver o estudo, adotou-se o procedimento metodológico da pesquisa bibliográfica, por meio da revisão de trabalhos e livros.

4 AS CIDADES BRASILEIRAS

Marcadas por uma multiplicidade de influências culturais e históricas, as cidades brasileiras apresentam-se como centros dinâmicos de desenvolvimento e desafios. Desde os primórdios da sua colonização, os ambientes urbanos do Brasil foram moldados por influências indígenas, africanas, europeias e, mais recentemente, por elementos contemporâneos. A evolução histórica revela uma tessitura única de arquitetura, cultura e modos de vida, refletindo as mudanças sociais ao longo dos séculos.

O processo de urbanização remonta ao período colonial, quando as primeiras cidades foram estabelecidas como centros administrativos e comerciais. A industrialização do século XX intensificou o crescimento urbano, levando à concentração populacional em áreas metropolitanas. Esse fenômeno transformou não apenas o panorama físico, mas também as dinâmicas sociais e econômicas das cidades.

A vasta extensão territorial do Brasil resulta em uma diversidade geográfica que se reflete nas distintas características urbanas. Das metrópoles cosmopolitas às cidades interioranas, cada região apresenta particularidades que demandam abordagens específicas em políticas públicas, planejamento e gestão urbana. O crescimento demográfico acelerado, a infraestrutura desigual, a segregação socioeconômica e os desafios ambientais são elementos inerentes às cidades brasileiras.

Entretanto, a urbanização desenfreada trouxe consigo desafios significativos, como a verticalização desordenada, a falta de planejamento urbano e a carência de infraestrutura básica, impactando diretamente a qualidade de vida dos habitantes. A segurança pública é uma preocupação constante em muitas cidades do país, agravada pela rápida urbanização e pela desigualdade social. Abordar efetivamente essas questões exige políticas que enfrentem as raízes do problema. Além disso, os desafios ligados à mobilidade urbana, como congestionamentos e transporte público inadequado, destacam a necessidade de investimentos em infraestrutura e planejamento integrado.

O avanço da urbanização, conforme destacado por Santos (1993), revela uma mudança gradual e significativa nos padrões residenciais ao longo dos séculos XVIII e XIX. No século XVIII, observa-se uma transição marcante, onde a casa na cidade assume papel preponderante como a principal residência para fazendeiros e senhores de engenho. Nesse contexto, a propriedade rural, outrora o epicentro de suas atividades, passa a ser visitada apenas em momentos específicos, como o período de corte e moenda da cana.

[...] é a partir do século XVIII que a urbanização se desenvolve e a casa da cidade se torna a residência mais importante do fazendeiro ou do senhor do engenho, que só vai à sua propriedade rural no momento de corte e da moenda da cana. Mas, foi necessário ainda mais um século para que a urbanização atingisse sua maturidade, no século XIX, e ainda mais um século para adquirir as características com as quais a conhecemos hoje (SANTOS, 1993, p. 19).

Entretanto, o processo de urbanização não atinge sua plenitude até o século XIX, quando as transformações se aprofundam e consolidam. O fazendeiro ou senhor do engenho, que antes relegava a cidade a um papel secundário em sua vida cotidiana, agora encontra na casa urbana não apenas um espaço residencial, mas o epicentro de suas atividades sociais e administrativas (SANTOS, 1993)

No contexto brasileiro, a partir da década de 1970, as cidades médias emergiram como elementos de destaque, tanto pela sua centralidade na rede urbana nacional quanto pela influência e intervenção direta do planejamento estatal. Este fenômeno se traduziu na percepção das cidades médias como ferramentas estratégicas de políticas públicas, com ênfase na desconcentração e reconfiguração dos espaços regionais. Consequentemente, as cidades médias passaram a desempenhar um papel dinâmico no processo de transformação urbana, caracterizando-as como entidades em constante evolução, sujeitas a permanecer em uma escala específica por longos períodos ou a experimentar crescimento ou declínio (STABACK; LIMA, 2023).

Em síntese, a trajetória histórica das cidades brasileiras reflete a complexidade de suas influências culturais e históricas, proporcionando um contexto dinâmico de desenvolvimento e desafios. Assim, o estudo da evolução urbana no Brasil não é apenas uma investigação histórica, mas um guia para o planejamento futuro. A construção de cidades mais equitativas, eficientes e resilientes demanda uma abordagem interdisciplinar e contínua, garantindo um futuro urbano mais promissor para a sociedade brasileira.

5 DEFINIÇÃO E IMPORTÂNCIA DOS ESPAÇOS LIVRES PARA A VIDA URBANA

A promoção e preservação de espaços livres nas áreas urbanas têm emergido como um tema de considerável relevância no contexto do desenvolvimento urbano sustentável. A configuração e gestão adequadas desses espaços desempenham um papel fundamental na qualidade de vida dos habitantes urbanos, proporcionando não apenas áreas de lazer, mas também contribuindo para aspectos essenciais como saúde, sociabilidade e equilíbrio ambiental.

De acordo com Silva (2008, p. 278) espaços livres podem ser compreendidos como "espaços abertos públicos ou destinados a integrar o patrimônio nos loteamentos, fora as vias de comunicação". A inclusão de "espaços abertos públicos" destaca a relevância de áreas acessíveis a todos os cidadãos. Estes espaços podem assumir a forma de parques, praças, jardins e outras áreas verdes que não apenas oferecem um ambiente propício ao lazer, mas também promovem a interação social e contribuem para a qualidade de vida urbana. A acessibilidade a esses locais é essencial para garantir que todas as camadas da sociedade possam desfrutar dos benefícios proporcionados pelos espaços livres.

A referência a "integrar o patrimônio nos loteamentos" aponta para uma visão mais ampla dos espaços livres, reconhecendo seu papel na preservação e incorporação do patrimônio histórico e cultural nas áreas urbanas. Isso pode incluir a inserção de elementos arquitetônicos, monumentos ou espaços que respeitem e destaquem a herança cultural de determinada região, enriquecendo a identidade urbana e promovendo um senso de pertencimento.

Para o planejamento dos espaços livres no ambiente urbano se faz necessário a busca pela valorização da qualidade do espaço, considerando aspectos de segurança, estética e

funcionalidade, a fim de promover uma experiência agradável e saudável para os habitantes da cidade. Assim, Carvalheiro *et al.* (1999) conceituam espaços livres como:

O espaço livre de construção é definido como espaço urbano ao ar livre, destinado a todo tipo de utilização que se relacione com caminhadas, descanso, passeios, práticas de esportes e, em geral, a recreação e entretenimento em horas de ócio; os locais de passeios a pé devem oferecer segurança e comodidade com separação total da calçada em relação aos veículos; os caminhos devem ser agradáveis, variados e pitorescos; os locais onde as pessoas se locomovem por meios motorizados não devem ser considerados como espaços livres (CAVALHEIRO *et al.* 1999).

Conforme os autores acima, existem áreas urbanas ao ar livre projetadas para diversas atividades, tais como caminhadas, descanso, passeios, práticas esportivas, recreação e entretenimento durante períodos de lazer. Nesse contexto, é fundamental que os locais destinados a passeios a pé proporcionem segurança e comodidade, incluindo a total separação da calçada em relação aos veículos motorizados.

A ênfase recai sobre a necessidade de criar caminhos agradáveis, variados e pitorescos, que contribuam para a experiência positiva dos pedestres. A intenção é proporcionar um ambiente propício para atividades ao ar livre, incentivando a mobilidade a pé e promovendo o bem-estar da comunidade. No entanto, ressalta-se que áreas utilizadas predominantemente por meio de transporte motorizado não devem ser consideradas espaços livres de construção, sugerindo a importância de preservar áreas destinadas exclusivamente às atividades a pé.

As áreas de recreação pública, tais como praças e parques, desempenham um papel fundamental nos sistemas de espaços livres públicos urbanos, exercendo diversas funções que abrangem aspectos ecológicos, de interação social e entretenimento (AGOSTINHO; DUARTE; GROSBELLI, 2022). Para Oliveira e Mascaró (2007) os espaços livres:

[...] trazem inúmeros benefícios para a melhoria da habitabilidade do ambiente urbano, entre eles a possibilidade do acontecimento de práticas sociais, momentos de lazer, encontros ao ar livre e manifestações de vida urbana e comunitária, que favorecem o desenvolvimento humano e o relacionamento entre as pessoas. Além disso, a vegetação que geralmente está presente nesses espaços favorece psicologicamente o bem-estar do homem, além de influenciar no microclima mediante a amenização da temperatura, o aumento da umidade relativa do ar e a absorção de poluentes, além de incrementar a biodiversidade (OLIVEIRA; MASCARÓ, 2007, p. 60).

Os locais públicos destinados ao lazer constituem ambientes essenciais para as interações sociais no contexto urbano. A busca por atender a essa necessidade humana de lazer, seja de forma ativa ou passiva, requer a integração de uma ampla variedade de atividades, para corresponder às necessidades dos diversos usuários (CANDEIRA, 1997; AGOSTINHO; DUARTE; GROSBELLI, 2022).

Cavalheiro e Del Picchia (1992, p. 30-31) argumentam que, sob uma perspectiva conceitual, uma área verde pode ser considerada invariavelmente como um espaço livre, e sugerem a utilização preferencial do termo "espaço livre" em detrimento de "área verde". Além disso, os autores acrescentam

Para que os espaços livres possam desempenhar satisfatoriamente suas funções é necessário que sejam abordados de forma integrada no planejamento urbano. Ou seja, que o paisagista tenha sua ação, tanto no nível da "grande paisagem", bem como

no nível do planejamento das cidades, sugerindo um adequado ordenamento dos espaços urbanos, visando uma integração da natureza com a cultura do ser humano (CAVALHEIRO; DEL PICCHIA, 1992, p. 31).

No âmbito da "grande paisagem", a atuação do paisagista adquire uma dimensão ampla e estratégica. A intervenção em larga escala pode envolver a preservação de áreas verdes extensas, a criação de corredores ecológicos ou a incorporação de elementos paisagísticos marcantes que estabeleçam uma identidade única para a região. Esse nível de planejamento contribui não apenas para a estética visual, mas também para a preservação da biodiversidade, a promoção da sustentabilidade ambiental e a melhoria da qualidade de vida (CAVALHEIRO; DEL PICCHIA 1992).

Já no contexto do planejamento urbano mais específico, a atuação do paisagista visa harmonizar os elementos naturais com a infraestrutura e o ambiente construído. A sugestão de um adequado ordenamento dos espaços urbanos propõe a incorporação de praças, parques e áreas de lazer de forma estratégica, promovendo uma interconexão fluída entre os espaços verdes e as estruturas urbanas. Além disso, a integração da natureza com a cultura humana é um ponto-chave, incentivando a criação de ambientes urbanos que não apenas respeitem o meio ambiente, mas que também ofereçam oportunidades para a expressão cultural e o convívio social. Este enfoque busca estabelecer um ordenamento adequado dos espaços urbanos, promovendo uma sinergia entre a natureza e a cultura humana.

5.1 Tipos de Espaços Livres

Os espaços livres urbanos, de maneira geral, são áreas abertas destinadas à recreação, lazer e convivência, desempenhando um papel fundamental na qualidade de vida dos habitantes. Dentre os tipos mais comuns, destacam-se os parques, praças, áreas verdes e calçadões. Cada um desses espaços possui características distintas, refletindo a diversidade cultural e geográfica do país.

Os parques urbanos são espaços planejados, frequentemente dotados de áreas verdes, equipamentos de lazer e infraestrutura adequada. Sua finalidade é proporcionar um ambiente propício para atividades ao ar livre, promovendo a saúde física e mental da população. Exemplos notáveis incluem o Parque do Ibirapuera em São Paulo e o Parque Lage no Rio de Janeiro.

As praças públicas, por sua vez, representam centros de interação social, caracterizadas por sua localização estratégica no tecido urbano. São espaços abertos que podem abrigar eventos culturais, feiras locais e atividades comunitárias. A Praça da Sé em São Paulo e a Praça da Liberdade em Belo Horizonte são exemplos emblemáticos desses locais.

As áreas verdes, englobando desde pequenos jardins até extensos bosques urbanos, desempenham um papel crucial na preservação da biodiversidade urbana. Contribuem para a melhoria da qualidade do ar e para a redução das ilhas de calor. O Parque Nacional da Tijuca, no Rio de Janeiro, exemplifica a relevância dessas áreas em meio à expansão urbana.

Os calçadões, por sua vez, representam espaços livres dedicados principalmente à circulação de pedestres. Localizados em áreas comerciais, proporcionam um ambiente seguro para o trânsito de pedestres, estimulando a atividade econômica local. A Rua XV de Novembro em Curitiba e a Avenida Paulista em São Paulo ilustram a importância desses espaços nas dinâmicas urbanas.

Os espaços livres oferecem um equilíbrio visual e sensorial em meio ao ambiente urbano, proporcionando uma pausa necessária no cenário muitas vezes caótico das cidades. Ao preservar áreas verdes, promovem a sustentabilidade urbana, contribuindo para a conservação da biodiversidade e regulando o clima local. A presença de áreas verdes e espaços livres também molda a identidade cultural das cidades, sendo frequentemente palco de eventos e atividades que fortalecem o senso de comunidade. Esses espaços inclusivos promovem a interação social entre pessoas de diferentes origens, contribuindo para a coesão social.

Segundo o pensamento de Galender (2005) sobre a organização do espaço, é comum considerar a distribuição de áreas livres como ponto de partida, especialmente voltadas para as atividades humanas no contexto urbano. Estas atividades, centradas no lazer, recreação e práticas esportivas ao ar livre, são percebidas como motivação primária para a criação de parques, praças, boulevards e outras tipologias destinadas ao convívio e ao entretenimento.

Uma primeira abordagem, talvez mais recorrente, vê a ideia de uma organização do espaço a partir da distribuição de áreas livres voltadas para o desenvolvimento das atividades humanas no tecido urbano. Tais atividades, notadamente dirigidas ao lazer, à recreação e às práticas esportivas / físicas ao ar livre, seriam a motivação para a criação de parques, praças, boulevards e outras tipologias voltadas para o convívio e o lazer, agregando alguma amenização de caráter ambiental a estes espaços. É uma visão que destaca a primazia do caráter sócio-cultural do espaço livre. Já uma visão voltada para a integração dos ecossistemas pressupõe a conectividade entre estruturas que promovam a biodiversidade animal e vegetal, a drenagem e outros eventos, garantindo a manutenção dos sistemas envolvidos. Seria uma postura ecossistêmica, onde a base das intervenções priorizaria a manutenção, regeneração e recuperação dos aspectos bio-físicos (GALENDER, 2005, p. 01).

O planejamento de novos espaços públicos destinados ao lazer da população só é possível por meio do planejamento urbano, é necessário o desenvolvimento de critérios para um zoneamento efetivo, na busca por promover a ambiência urbana. Para os tipos de espaços livres Lamas (2004) estabelece a praça como:

[...] um elemento morfológico das cidades ocidentais e distingue-se de outros espaços, que são resultado acidental de alargamento ou confluência de traçados, pela organização espacial e intencionalidade de desenho”, nesse sentido a praça pressupõe a vontade e o desenho de uma forma e de um programa (LAMAS, 2004, p. 100-102).

A distinção entre parque e praça reside principalmente em sua dimensão e na presença da natureza. Enquanto o parque busca aproximar o homem do ambiente natural, demandando extensas áreas com cobertura vegetal significativa, a praça prioriza sua função social como espaço para encontros e eventos sociais, podendo ou não incluir elementos vegetativos (OLIVEIRA; MASCARÓ, 2007).

Nesse sentido, infelizmente, com frequência os espaços livres se formam involuntariamente como resíduos do que está edificado (TELLES, 1997; AGOSTINHO; DUARTE; GROSELLI, 2022) , sem um planejamento eficiente ou até mesmo um local específico com base em um zoneamento efetivo. Essas áreas nas cidades, necessitam de critérios de dimensionamento com relação a sua estrutura, podendo então variar de acordo com a quantidade de habitante de cada localidade.

6 O IMPACTO SOCIAL DA OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS LIVRES NA SEGURANÇA URBANA

Diante do aumento dos interesses do mercado e da expansão dos espaços privados, a chamada "cultura do medo" tem exercido uma influência marcante na configuração dos ambientes urbanos, fortalecendo uma tendência preocupante de tornar esses espaços menos frequentados (BAUMAN, 2009). Este fenômeno se reflete na crescente apreensão das pessoas em relação à violência, prática de atividades ilícitas e ao tráfego intenso de veículos, que são ameaças constantes nas cidades, comprometendo as experiências de apropriação do meio urbano e contribuindo para o esvaziamento dos espaços públicos (ALI; JESUS; RAMOS, 2020).

A presença generalizada do medo nas áreas urbanas tem impactos significativos na dinâmica social e no modo como as pessoas interagem com o ambiente ao seu redor. O receio de se tornarem vítimas de violência ou delitos prejudica a sensação de segurança, levando os cidadãos a evitarem áreas públicas que antes eram centros vitais de convivência e atividades comunitárias. A consequência direta é a perda do caráter inclusivo e diversificado desses espaços, que gradativamente se transformam em locais desolados e pouco frequentados.

Além disso, a cultura do medo exacerbada contribui para a fragmentação social, uma vez que as pessoas tendem a se isolar em seus próprios enclaves privados em busca de segurança. Isso resulta em comunidades menos coesas e mais propensas a se distanciarem umas das outras, enfraquecendo os laços sociais que são essenciais para o desenvolvimento saudável e equilibrado de uma sociedade.

Com o aumento alarmante da violência urbana, os espaços públicos, em especial aqueles desprovidos de qualidade e atrativos, estão enfrentando um esquecimento progressivo por parte da população. A percepção generalizada de insegurança tem levado os cidadãos a evitarem áreas que antes eram fundamentais para a vida coletiva, resultando em um abandono desses locais.

O receio de se expor a riscos em espaços urbanos tem implicações diretas na degradação dessas áreas, contribuindo para um cenário em que a deterioração física e a falta de cuidado tornam-se normal. Restaurar a confiança na utilização desses espaços requer não apenas medidas de segurança eficazes, mas também a criação de ambientes que promovam o engajamento cívico, a cultura e o bem-estar coletivo, incentivando as comunidades a retomarem o protagonismo na construção e preservação de espaços públicos inclusivos e vibrantes.

Segundo os estudos de Nygaard (2010) destaca de maneira crucial a interligação entre a sensação de segurança e a distribuição de usos e ocupação nas cidades. Sua análise ressalta a importância fundamental de um espaço urbano que possua uma diversidade significativa de usos e atividades. A presença de uma multiplicidade de funções não apenas assegura a constante movimentação de pessoas, mas também desempenha um papel crucial na dissuasão de atividades criminosas. Para o estudioso, "[...] a sensação de segurança se instala e se fortalece quando a ocupação, a configuração e a dinâmica do espaço são percebidas pela população como inibidoras da ação criminosa [...]" (NYGAARD, 2010, p. 165).

Ao promover uma ocupação dinâmica e variada do ambiente urbano, é possível criar uma atmosfera que, por sua própria natureza, desencoraja comportamentos ilícitos, proporcionando um senso coletivo de segurança. Essa perspectiva reforça a ideia de que a

revitalização e planejamento cuidadoso dos espaços urbanos são elementos essenciais para a construção de comunidades seguras e resilientes (ALI; JESUS; RAMOS, 2020).

O entendimento de que o ambiente desempenha um papel significativo nas possibilidades de ocorrência de crimes é destacado por Soares e Saboya (2019). A presença de sinais de negligência, desordem e deterioração física no espaço urbano, como lixo, mobiliários urbanos sem manutenção e pichações, contribui para a criação de uma atmosfera de insegurança. Estes elementos tornam-se marcadores visíveis que afetam diretamente a percepção dos usuários do espaço, levando-os a evitar áreas que apresentem tais características. Além disso, esses aspectos têm um impacto significativo na percepção do controle social por parte dos criminosos, tornando esses ambientes mais propensos a ser alvos de ações criminosas.

De acordo com Gehl (2014) uma abordagem fundamental na qual a promoção da vida urbana ativa e a experiência positiva dos espaços públicos desempenham um papel crucial na construção de cidades mais seguras. O autor argumenta que, ao estimular a atividade pedestre e encorajar mais pessoas a vivenciarem os espaços públicos, há um aumento tanto na segurança real quanto na percebida. A presença de uma população ativa e diversificada indica, para Gehl, que o lugar é seguro e possui valor. Nas cidades que abraçam essa perspectiva, a vitalidade dos espaços públicos é não apenas um reflexo, mas também um determinante da segurança urbana.

Em conclusão, a análise dos diversos aspectos abordados revela a importância incontestável dos espaços livres de uso público na construção de cidades equilibradas e seguras. Esses locais não apenas desempenham um papel vital no contexto do equilíbrio ambiental local, mas também exercem uma influência direta na qualidade de vida e na sensação de segurança de seus usuários. A contribuição destacada dos espaços públicos de qualidade como agentes preventivos de crimes e mitigadores da insegurança nas cidades destaca a necessidade de investimentos e esforços contínuos na revitalização e manutenção dessas áreas.

CONCLUSÃO

O Brasil, em constante evolução, tem a oportunidade de aprimorar seu planejamento urbano por meio de políticas públicas eficazes, que valorizem a importância dos espaços livres nas cidades. À medida que enfrentamos os crescentes desafios associados à urbanização, torna-se claro que esses espaços desempenham um papel crucial na moldagem da experiência urbana. A análise vai além da dimensão física, englobando também os aspectos sociais, culturais e econômicos desses locais, reconhecendo sua capacidade não apenas de proporcionar interações humanas, mas também de serem catalisadores de expressões culturais e atividades econômicas.

Ao reconhecer que a qualidade e acessibilidade desses espaços são cruciais para promover a coesão social e melhorar a qualidade de vida urbana, o estudo destaca a necessidade de políticas e práticas urbanas que fortaleçam os sistemas de espaços livres. Assim, o entendimento integral desses espaços é vital para a construção de cidades habitáveis, sustentáveis e esteticamente enriquecedoras.

A ocupação ativa de espaços livres contribui para a formação de comunidades conectadas, onde a interação humana floresce, manifestações culturais ganham vida e atividades econômicas prosperam. Essa dinâmica não só revitaliza a experiência urbana, mas também desencoraja ações criminosas ao transformar áreas antes desocupadas em locais vibrantes e supervisionados. A presença constante de pessoas em espaços públicos não apenas

promove a vigilância natural, mas também cria um senso coletivo de responsabilidade pela preservação desses ambientes.

Portanto, ao investir na criação e manutenção de espaços livres de qualidade, as cidades não apenas oferecem ambientes mais agradáveis para seus habitantes, mas também adotam uma abordagem proativa na redução da violência. A ocupação ativa desses locais transforma a paisagem urbana e sinaliza uma mudança cultural na qual a comunidade se torna uma parte vital do processo de construção e preservação de espaços públicos, fortalecendo assim a coesão social.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Maria Da Graça; DUARTE, Ana Alice Miranda; GROSBELLI, Thaís. Estudo sobre os espaços públicos de lazer na área continental de Florianópolis. v. 2, n. 1°, 2022.

ALI, Pamella Cosme; JESUS, Luciana Aparecida Netto De; RAMOS, Larissa Letícia Andara. Espaços livres de uso público no contexto da segurança urbana. **Ambiente Construído**, v. 20, n. 3, p. 67–86, jul. 2020. <https://doi.org/10.1590/s1678-86212020000300418>.

BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2009.

CANDEIRA, Jose A. López. Diseño urbano. Teoría y práctica. Madrid: Munilla-Lería, 1999. FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. Desenho ambiental: uma introdução à arquitetura da paisagem como paradigma ecológico. São Paulo: Annablume-FAPESP, 1997.

CAVALHEIRO, Felisberto *et al.* Proposição de terminologia para o verde urbano. **Boletim Informativo Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, Rio de Janeiro: SBAU, ano VII, n.3, p.7, 1999

GEIGER, Pedro Pinchas. **Evolução da rede urbana brasileira**. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Ministério de Educação e Cultura,) série VI sociedade e educação. Coleção o Brasil urbano. (s/l) Vol. 1, 1963

GEHL, J. **Cidade para Pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004

LEITE, Maria Angela Faggin Pereira. Um sistema de espaços livres para São Paulo. **Estudos Avançados**, v. 25, n. 71, p. 159–174, abr. 2011. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142011000100011>.

NYGAARD, D. P. **Espaço da cidade, segurança urbana e participação social**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2010.

OLIVEIRA, Lucimara A. de; MASCARÓ, Juan J. Análise da qualidade de vida urbana sob a ótica dos espaços públicos de lazer In: **Ambiente Construído**. Porto Alegre, V. 7, no .2, 2007. (p. 59-69,).

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SILVA, José Afonso da. **Direito Urbanístico Brasileiro**. 5. ed. rev. São Paulo: Malheiros, 2008, 476 p.

STABACK, Daiane Franciele; LIMA, Jandir Ferrera De. Cidades médias brasileiras e sua convergência de crescimento e desenvolvimento socioeconômico. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 15, p. e20220054, 2023. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.015.e20220054>.

SOARES, Mariana.; SABOYA, Renato. Tibiriçá. Fatores espaciais da ocorrência criminal: modelo estruturador para a análise de evidências empíricas. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 11, 2019.